



Congebas Alimentos S.A.

CNPJ nº 26.036.491/0001-14
Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balço patrimonial		Nota	31/12/21	31/12/20	Balço patrimonial		Nota	31/12/21	31/12/20
Ativo/Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.413	1.765		Passivo/Circulante	21	2.538	163	
Contas a receber	5	12.138	12.389		Arrendamento	13	14.588	15.213	
Estoques de mercadorias	6	10.000	11.940		Contas a pagar com partes relacionadas	11	3.308	1.574	
Impostos a recuperar	7	7.657	2.516		Obrigações trabalhistas	14	2.535	2.280	
Contas a receber com partes relacionadas	11	546	430		Dividendos a pagar		1.065	763	
Lucros e dividendos a receber		1.035	1.030		Impostos a recolher		460	506	
Outros créditos		846	756		Outras contas a pagar		3.220	1.850	
Não circulante									
Depósitos judiciais	15	687	828		Não circulante		18.233	5.180	
IR e CS diferidos	20 b	9.160	6.419		Arrendamento	21	7.837	72	
Partes relacionadas	11	-	218		Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	869	1.054	
Investimentos	8	218.236	189.020		Empréstimos com partes relacionadas	11	7.043	4.054	
Imobilizado	9	2.536	563		Outras contas a pagar		2.484	-	
Intangível	10	2.743	2.011		Patrimônio líquido	16	231.374	202.570	
Ativo de direito de uso	21	9.194	214		Capital social		56.226	56.226	
Total do ativo		277.321	230.099		Reserva de capital		145.000	145.000	
					Reserva de lucros		91.217	61.697	
					Transações entre sócios		(61.069)	(60.378)	
					Ajuste de avaliação patrimonial		-	25	
					Total do passivo e patrimônio líquido		277.321	230.099	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Reserva		Reserva Incentivos fiscais	Transações entre sócios	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
		de capital	legal						
Saldos em 31/12/2019	5.608	115.522	2.429	533	(25.619)	64.044	-	25	162.542
Integralização de capital	50.618	29.478	-	-	(34.759)	-	-	-	45.337
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(5.309)	-	(5.309)
Constituição reserva de legal	-	-	-	20	-	-	(20)	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	(5.329)	5.329	-	-
Saldos em 31/12/2020	56.226	145.000	2.429	553	(60.378)	58.715	-	25	202.570
Perdas de transações entre sócios	-	-	-	-	(691)	-	-	-	(691)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	29.793	-	29.793
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(298)	-	(298)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	29.495	-	29.495
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	25	-	25
Saldos em 31/12/2021	56.226	145.000	2.429	553	(61.069)	88.235	-	-	231.374

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Congebas Alimentos S.A. ("Companhia"), companhia fechada de direito privado, foi constituída em 11/03/1993 e possui sua sede na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais. A Companhia tem por objeto social o comércio, distribuição, importação e exportação, transporte de produtos alimentícios, no atacado e varejo, serviços de representação comercial por conta de terceiros, comércio atacadista de utensílios de uso doméstico como copos, talheres e utensílios de vidro, transporte rodoviário de cargas em geral municipal, intermunicipal e interestadual, comércio atacadista de condimentos, vinhos e derivados de uva, vinhos em geral, cachaça e outras bebidas alcoólicas, comércio atacadista de óleos e gorduras. **1.1. Participações societárias:** Assim em 31/12/2021 e de 2020, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

Data de aquisição	Participação - %		
	Direta	Indireta	
Oesa Comércio e Representações S.A.	16.06.2016	31,25%	- 41,82%
MGLQG Distribuição e Logística Ltda.	12.08.2013	99,99%	- 99,99%
MGRFRO Armazém Gerais Ltda.	18.10.2003	-	- 99,99%
Hok Transportes Ltda.	16.06.2016	- 31,25%	- 41,82%
Imperial Importação e Exportação Ltda.	20.12.2018	- 31,25%	- 41,82%
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	06.03.2020	- 31,25%	- 41,82%
Cerealista Nova Safra Ltda.	04.01.2021	- 31,25%	-
Flecha Foods Ltda.	30.06.2021	- 31,25%	-
Frios Transportadora Ltda.	30.06.2021	- 31,25%	-
Johann Alimentos Ltda.	31.08.2021	- 31,25%	-
Nóia Alimentos Ltda.	31.08.2021	- 31,25%	-

No ano de 2021, houve variação negativa de 10,57% (13,98% em 2020) na participação direta da Companhia na Oesa Comércio e Representações S.A. devido à subscção e integralização de capital social realizada pela Controladora, assim levando à diluição do investimento da Companhia. **1.1.1. Combinações de negócios do exercício:** Durante o exercício de 2021, através da sua investida Oesa Comércio e Representações S.A. ("Oesa"), a Companhia adquiriu participações societárias nas seguintes empresas ao custo total de R\$366.275: a) Cerealista Nova Safra Ltda. ("Nova Safra"): Em 04/01/2021 adquiriu a sociedade, pelo valor de R\$ 154.085. A empresa, com sede na cidade de Contagem, estado de Minas Gerais, atua no comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; comércio atacadista e varejista de água mineral, cerveja, chope, refrigerante, vinho e demais bebidas; comércio atacadista e varejista de outros produtos alimentícios, inclusive enlatados e congelados; comércio atacadista e varejista de artigos, utensílios, máquinas e equipamentos de uso pessoal e doméstico, material de limpeza, artigos de armarinho, artigos descartáveis, embalagens, vestuários e acessórios, artigos de EPI (equipamento de proteção industrial), artigos de higiene, maquinários e equipamento industrial para panificação, sorveterias, lanchonetes, mercearias e demais segmentos do comércio; importação e exportação, por conta própria ou de terceiros, dos mesmos produtos; prestação de serviço de cursos, consultoria, assessoria, treinamento e desenvolvimento empresarial nas áreas de panificação, confeitaria e culinária. b) Flecha Foods Ltda. e Frios Transportadora Ltda. ("Flecha" e "Frios"): Em 30/06/2021 adquiriu a sociedade pelo valor de R\$ 41.110. A empresa com sede na cidade de Linhares, estado do Espírito Santo, atua no comércio atacadista de produtos alimentícios; fabricação de produtos de carnes; representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo; transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional e promoção de vendas. c) Johann Alimentos Ltda. e Nóia Alimentos Ltda. ("Johann" e "Nóia"): Em 31/08/2021 adquiriu a sociedade pelo valor de R\$ 171.080. A empresa com sede na cidade de Estância Velha, estado do Rio Grande do Sul, atua no comércio atacadista, importação e exportação de laticínios (leite e derivados); comércio atacadista, importação e exportação de carnes, aves e animais abatidos; comércio atacadista, importação e exportação de produtos alimentícios industrializados; comércio atacadista, importação e exportação de bebidas; comércio atacadista, importação e exportação de cereais beneficiados e leguminosos; transporte rodoviário de cargas de bebidas e produtos alimentícios; comércio varejista de laticínios, frios e conservas; comércio varejista de carnes; comércio varejista de produtos alimentícios; representação comercial de bebidas e produtos alimentícios; indústria, comércio e acondicionamento de produtos alimentícios; fornecimento de alimentação preparada, especialmente para consumo em empresas; e armazenamento de produtos por conta de terceiros, inclusive em câmaras frigoríficas, de produtos perecíveis e não perecíveis. A abertura do valor pago, na ordem de R\$366.275 pode ser verificado na nota explicativa nº 8, na qual são apresentados os balanços de abertura e a alocação do valor pago. **1.1.2. Transações societárias relevantes:** Incorporações: No decorrer do exercício de 2021 a Congebas, com o objetivo de absorver as sinergias com seus negócios realiza a incorporação integral da sua investida MGRFRO Armazém Gerais Ltda. Como resultado da incorporação a Congebas absorveu o seguinte acervo líquido:

Ativos/Circulantes	30/09/2021
Caixa e equivalentes de caixa	22
Contas a receber	12
Impostos a recuperar	10
Outros créditos	58
Total dos ativos circulantes	102
Não circulantes: Empréstimos para partes relacionadas	4.355
Outros créditos	1
Imobilizado	1.580
Intangível	99
Ativo de direito de uso	8.505
Total dos ativos não circulantes	14.540
Passivos/Circulantes: Fornecedores	229
Arrendamento Mercantil	486
Obrigações trabalhistas	9
Impostos a recolher	433
Outras contas a pagar	12
Total dos passivos circulantes	1.169
Não circulantes: Arrendamento Mercantil	9.101
Total dos passivos não circulantes	9.101
Acervo líquido	4.372

1.2. Impactos da COVID-19: Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a pandemia global provocada pelo Coronavírus (COVID-19), que provocou impactos relevantes na economia global como

também no comportamento humano em todo o mundo. No Brasil, onde a Companhia mantém suas operações, a pandemia desencadeou importantes ações governamentais, das entidades privadas e do terceiro setor, para mitigar os efeitos desta pandemia na saúde da população e para amenizar os impactos econômicos negativos com esta mudança no cotidiano das pessoas e das empresas. Em 2022, continuamos atravessando um dos cenários mais desafiadores para toda sociedade no Brasil e ao redor do mundo, porém, ponderado pela expectativa de um futuro mais promissor contando com a retomada da economia e do mercado de Food Service, com base no programa massivo de vacinação da população mundial contra a Covid-19 e pela retomada da mobilidade da população que está se aproximando aos patamares pré-pandemia, já no início de 2022. Com isso, seguimos investindo na expansão dos negócios através da expansão da equipe de vendas para aumentar nossa participação de mercado e para explorar novos mercados, com a ambição de aumentar nossa base de clientes e cobertura geográfica (meta de atingir 4000 cidades no Brasil até o final de 2022). Para suportar o crescimento projetado, planejamos a expansão das operações para o atendimento da demanda projetada através do aumento dos armazéns e logística contratada. Além disso, investiremos em um programa de transformação digital que disponibilizará um novo canal de atendimento e vendas aos clientes atuais e novos clientes que serão adquiridos através do nosso site. **Análise dos riscos e medidas:** A Companhia adotou medidas para amenizar os impactos gerados pela pandemia em suas operações, das quais destacam-se: (i) em fevereiro de 2020, a instituição de um comitê de combate à crise que se reúne periodicamente visando a definição de estratégias assertivas e tempestividade na tomada de decisões; (ii) adoções de políticas de gerenciamento e captação de recursos; (iii) constante contato com clientes e fornecedores para garantir um fluxo de caixa adequado às operações; (iv) instituição do trabalho a distância (home office) para os colaboradores da área administrativa-financeira-contábil-comercial, que representam aproximadamente 50% dos seus colaboradores; (v) rigoroso controle de acesso e implementação de um conjunto de medidas de segurança visando a redução do risco de contágio dos seus colaboradores. Dentre os diversos riscos aos quais a Companhia pode ter exposição, destacam-se o risco de continuidade operacional, risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros, do ativo imobilizado e ativo intangível. a) **Continuidade operacional:** A pandemia contribuiu significativamente para a desaceleração da atividade econômica no Brasil, com tendência de queda no consumo e aumento do desemprego. Além disso, a disseminação da doença trouxe consequências como: (i) o risco de desabastecimento; (ii) risco de crédito e disponibilidade de recursos para financiar as operações, com possibilidade de aumento nas taxas de juros; (iii) possíveis dificuldades financeiras de clientes e fornecedores. A Companhia está atenta às adversidades, tomando ações para reduzir os riscos e amenizar os efeitos da pandemia. A Administração revisou e atualizou seu plano de negócio para os próximos períodos e, considerando as premissas observáveis até o momento, não identificou elementos que possam causar riscos de continuidade operacional. Dessa forma, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. b) **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:** No período findo em 31/12/2021, a Companhia avaliou sua carteira de recebíveis e não identificou evidências que pudessem impactar sua estimativa de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa. Dessa forma, o montante da provisão para perda reconhecida de R\$387 reflete de maneira adequada a melhor estimativa de perda esperada pela Companhia na data de divulgação. c) **Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado e intangível:** A Companhia revisou e atualizou seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19. Realizou, ainda, novas análises referentes à necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos considerando as premissas utilizadas quando da elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31/12/2020, bem como eventos ocorridos até 31/12/2021, incluindo os novos impactos relacionados à COVID-19, e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, uma vez que não houve queda sensível em seu valor de mercado ou mudanças significativas com efeito adverso durante o período avaliado. **Realização dos estoques:** Durante o momento mais crítico da pandemia, adequamos nossos níveis de estoques para atender as demandas de nossos clientes. Em 31/12/2021 os níveis dos estoques estão normalizados. **Conclusão:** Mediante todas as ações implementadas para mitigar os efeitos da pandemia nos negócios da Companhia, a revisão do plano de negócio, o monitoramento contínuo da situação da pandemia no Brasil e a manutenção das medidas de contenção de gastos, a Companhia encontra-se diligente e segura da sua continuidade operacional e que os valores dos seus ativos estão adequadamente mensurados. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras são divulgadas de forma individual, pois, foram apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras da controladora DFS Holding S.A., a qual apresenta suas demonstrações financeiras utilizando também as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **2.2. Bases de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimati-

Demonstração do resultado	Nota	31/12/21	31/12/20
Receita líquida	17	185.299	169.523
Custo das mercadorias vendidas	18	(144.087)	(137.314)
Lucro bruto		41.212	32.209
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	18	(14.282)	(12.404)
Despesas gerais e administrativas	18	(36.226)	(28.871)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		404	(4)
Equivalência patrimonial	8	35.478	1.384
Lucro (prejuízo) operacional		26.586	(7.686)
antes do resultado financeiro		26.586	(7.686)
Resultado financeiro: Receitas financeiras	19	1.427	1.006
Despesas financeiras	19	(961)	(1.388)
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS		27.052	(8.068)
IR e CS: Correntes	20 a	-	(89)
Diferidos	20 a	2.741	2.848
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		29.793	(5.309)
Lucro (Prejuízo) básico por ação - em reais		1,861	(0,332)

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/21	31/12/20
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	29.793	(5.309)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	29.793	(5.309)

vas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para discussões legais e determinação do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos e IR e CS diferidos, entre outras. O resultado real das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir das estimativas. **3. Principais práticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **3.2. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em Companhias controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **3.3. Contas a receber:** As contas a receber de cliente são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal após a provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos valores a receber, considerando o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras ou eventos que já indiquem a não realização desses valores, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e de sua controlada para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 5. **3.4. Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar são apropriados com base na legislação vigente, quando da compra de mercadorias para revenda e demais operações disciplinadas na legislação federal e estadual. **3.5. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, entre os dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são agregados ao custo de aquisição, sendo valorizados ao custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e conduziu que as taxas de depreciação utilizadas são consistentes com suas operações em 31/12/2021 e de 2020. As vidas úteis estimadas são apresentadas a seguir:

Classe de imobilizado	Vida útil
Máquinas e equipamentos	4% a 13% a.a.
Móveis e utensílios	5% a 17% a.a.
Equipamentos de telecomunicação	6% a 20% a.a.
Equipamentos de informática	6% a 20% a.a.
Benefícios em imóveis de terceiros	3% a 10% a.a.

3.7. Não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis ("impairment"): Os bens do imobilizado e do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e seu valor líquido de venda, ele é reconhecido no resultado do exercício. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis nos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020. **3.8. Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **Custo amortizado:** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). O custo a receber da Companhia é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada com a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **3.9. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias: **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** Incluem-se nessa categoria as obrigações que são passivos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como passivos não circulantes). Os fornecedores, contas a pagar - partes relacionadas empréstimos e financiamentos da Companhia são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **3.10. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano/ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivos não circulantes. As obrigações a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **3.11. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **3.12. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente especifi-

Demonstrações dos fluxos de caixa	31/12/21	31/12/20
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	29.793	(5.309)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.681	1.831
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	968	2.406
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e outros	(184)	876
Juros e variação cambial	398	83
Equivalência patrimonial	(35.478)	(1.384)
IR e CS diferidos	(2.741)	(2.848)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(705)	(1.704)
Estoques de mercadorias	1.940	(1.675)
Partes relacionadas	4.457	3.034
Impostos a recuperar	(5.131)	(1.967)
Outros créditos	(29)	(573)
Depósitos judiciais	11	(695)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(854)	898
Partes relacionadas	1.734	508
Obrigações trabalhistas	246	218
Impostos a recolher	(479)	(1)



nas datas dos balanços, e são sujeitos à provisão para perda à medida que sua realização não seja mais provável. **3.16. Incentivos fiscais:** A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz econômica dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal. **3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31/12/2021:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), o qual introduz uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual uma vez que a Companhia não possui empréstimos contratados. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **3.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nas operações da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estivesse prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 1 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga-os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorará a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato: A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência - as taxas de perda histórica são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato estão divulgadas na Nota 5. **Tributos:** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 20. **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 22 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto. **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de juros incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa: 31/12/2021 31/12/2020
Caixa - 4
Bancos - conta movimento 2.266 1
Aplicações de liquidez imediata (*) 147 1.760
Total 2.413 1.765
(*) Aplicações de liquidez imediata são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas que variam entre 65% e 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixos, portanto, a Companhia e suas controladas possuem o direito de resgate imediato.

5. Contas a receber: 31/12/2021 31/12/2020
Clientes - mercado interno 12.525 12.966
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (387) (577)
Total 12.138 12.389
A composição do saldo por faixa de vencimento está apresentada a seguir: 31/12/2021 31/12/2020
A vencer 10.539 10.167
Vencidos de 0 a 30 dias 1.289 1.973
Vencidos de 31 a 60 dias 219 243
Vencidos de 61 a 90 dias 150 180
Vencidos há mais de 90 dias 328 403
Total 12.525 12.966
A movimentação da estimativa para perdas esperadas no exercício está detalhada a seguir: 31/12/2021 31/12/2020
Saldo no início do exercício (577) (269)
Adições (1.862) (5.783)
Reversões 894 3.377
Baixas 1.158 2.098
Saldo no final do exercício (387) (577)
O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente à provisão de perdas estimadas realizada pela aplicação do índice de perda histórica da Companhia sobre o valor do faturamento. A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. **6. Estoque de mercadorias:** A composição dos estoques está demonstrada a seguir: 31/12/2021 31/12/2020
Estoque de mercadorias para revenda 9.972 11.334
Adiantamento a fornecedores 28 606
Total 10.000 11.940
Os estoques são constituídos por diversos produtos alimentícios para revenda, bem como antecipações de compras. Em 31/12/2021 e de 2020, não há concentração em um produto principal e o giro do estoque é compatível para a expectativa de venda futura. **7. Impostos a recuperar:** Os tributos a recuperar são mantidos no ativo patrimonial com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. 31/12/2021 31/12/2020
ICMS a recuperar 2.359 1.510
PIS/COFINS a recuperar 5.261 980
Outros 37 26
Total 7.657 2.516
No decorrer do ano de 2021 a Congebras obteve trânsito e julgado nas ações tributárias que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O trânsito e julgado das ações contribuiu para o aumento significativo dos saldos de impostos a recuperar. **8. Investimentos:** A composição dos investimentos em 31/12/2021 é composta da seguinte forma: 31/12/2021 31/12/2020
Investimento 208.356 177.946
Mais-valia de ativos adquiridos 4.715 5.909
Ágio 5.165 5.165
Total 218.236 189.020
Investimento em controlada avaliado por equivalência patrimonial 31/12/2021 31/12/2020
Resultado em 31/12 3.190 27.986 13.776 964 (146) 4.028
% de participação 99,99% 99,99% 31,25% 99,99% 99,99% 41,82%
Resultado de equivalência patrimonial 3.190 27.983 4.305 964 (146) 566
Patrimônio líquido em 31/12 - 26.796 581.001 1.249 (1.190) 425.365
% de participação 99,99% 99,99% 31,25% 99,99% 99,99% 41,82%
Investimento = 26.793 181.563 1.249 (1.190) 177.887
A movimentação dos investimentos para o exercício findo em 31/12/2021 e de 2020 é como segue:

Controladas	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos distribuídos	Transações entre sócios	Saldo em 31/12/2021
MGFRIO	1.249	3.190	-	-	(4.439)	-
MGLOG	(1.190)	27.983	-	-	-	26.793
Oesa	177.887	4.305	-	(5)	(624)	181.563
	177.946	35.478	-	(5)	(5.063)	208.356
Controladas	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos distribuídos	Transações entre sócios	Saldo em 31/12/2020
MGFRIO	285	964	-	-	-	1.249
MGLOG	(1.044)	(146)	-	-	-	(1.190)
Oesa	132.054	566	80.096	-	(34.829)	177.887
	131.295	1.384	80.096	-	(34.829)	177.946

No decorrer do ano de 2020, houve variação negativa de 13,98% na participação direta da Companhia na Oesa Comércio e Representações S.A. devido à subscrição e integralização de capital social realizada pela Controladora. Essa variação gerou uma transação entre sócios no ordem de R\$ 34.829.

Informações relevantes sobre as controladas:

Controladas	Quantidade total de ações	Participação	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
MGLOG	2.492.041	99,99%	2.493	31.883	5.087	26.796	57.168	27.986
Oesa	6.443.343	31,25%	397.249	1.159.596	578.595	581.001	1.471.997	13.776

Controladas	Quantidade total de ações	Participação	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
MGFRIO	69.999	99,99%	70	14.097	12.848	1.249	15.476	964
MGLOG	2.492.041	99,99%	2.493	2.246	3.436	(1.190)	9.231	(146)
Oesa	6.443.343	41,82%	255.373	708.876	283.511	425.365	1.214.558	4.028

Aquisições de participações societárias: Durante o exercício de 2021 através de sua investida Oesa a Companhia obteve o controle das respectivas entidades, resultando nas respectivas alocações: **Ativos adquiridos e passivos assumidos:**

	(a) Nova Safra	(b) Fecha Aloca-	(c) Frios Aloca-	(d) Johann Aloca-	(e) Nóia Aloca-
Alocação definitiva	04/01/2021	30/06/2021	30/06/2021	31/08/2021	31/08/2021
Ativos: Caixas e equivalentes	15.172	972	75	7.541	861
Contas a receber	16.184	4.282	9	15.425	2.941
Estoques	30.369	3.377	-	21.444	3.617
Impostos a recuperar	-	203	-	14.704	199
Outros ativos	20.025	-	11	1.769	6
Imobilizado, Intangível, Direito uso	23.149	4.228	-	25.352	2.027
Passivos: Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(438)	-
Fornecedores	(24.623)	(4.231)	-	(23.647)	(3.737)
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.653)	(233)	(90)	(6.296)	(973)
Imposto a pagar	(5.714)	(850)	(57)	(2.273)	(131)
Outros passivos não operacionais	(16.717)	(1.940)	-	(7)	(1.168)
Provisões para litígio	-	-	-	(90)	-
Outros passivos	(680)	-	-	(584)	(75)
Patrimônio Líquido	53.512	5.808	(52)	52.900	3.567
Alocação provisória do ágio					
Parcela adquirida	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido adquirido	53.512	5.808	-52	52.900	3.567
Contraprestação transferida a valor justo	154.085	40.104	1.006	142.289	28.791
Ágio provisório a ser alocado	100.573	34.296	1.058	89.389	25.224
Ativos identificáveis e passivos assumidos					
Mais-valia de ativos imobilizados	6.772	3.595	-	4.753	1.467
Valor justo da marca	24.684	4.160	-	14.915	2.705
Valor justo de acordo de não competição	8.687	1.355	34	5.914	2.380
Valor justo da carteira de clientes	21.188	3.618	-	19.274	2.496
Alocação definitiva do ágio - Residual	39.242	21.568	1.024	44.533	16.176
Total dos ativos alocados	100.573	34.296	1.058	89.389	25.224

A tabela acima resume a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, os quais foram registrados com base em Laudo de Avaliação elaborado por empresa especializada. (a) **Cerealista Nova Safra Ltda.:** Em 04/01/2021 a Controlada Oesa Comércio e Representações S.A. adquiriu a Empresa Cerealista Nova Safra Ltda. ("Nova Safra"), distribuidora de produtos para padarias, restaurantes, sorveterias, buffets, bares, hotéis, cozinhas industriais, confeitarias, lanchonetes, entre outros segmentos. A Empresa realiza entregas em todo o estado de MG. Foram adquiridas 44.190.000 quotas, que representam 100,00% do capital votante e capital total da Empresa pelo valor de R\$ 154.085: (i) R\$ 78.552 pagos na data da aquisição aos antigos acionistas; (ii) R\$ 61.211 a serem pagos em 5 (cinco) parcelas, atualizadas pela variação do IPCA, com primeiro vencimento em 04/01/2022 e último vencimento em 04/01/2026; (iii) R\$ 4.910 a título de parcela variável, a ser liberada mediante ao cumprimento de metas dispostas entre as partes; (iv) R\$ 2.758 a serem pagos ao assessor financeiro, sendo R\$ 1.448 na data do pagamento da primeira parcela, e o restante, proporcionalmente, no vencimento das demais parcelas; (v) R\$ 6.654 pagas a título de ajuste de preço. Para fins de contraprestação, nos termos do CPC 15 (R1), item 53, estão sendo considerados como preço pago pela transação os itens identificados acima como item (i), (ii), (iii), (iv) e (v), totalizando uma contraprestação paga de R\$ 154.085. (b) **Fecha Foods Ltda.:** Em 30/06/2021 a Controlada Oesa Comércio e Representações S.A. adquiriu a Empresa Fecha Foods Ltda. ("Fecha"), uma distribuidora com sede em Linhares no Espírito Santo e filial em Teixeira de Freitas na Bahia, com mais de 23 anos de experiência em distribuição de frios e congelados em geral. Foram adquiridas 3.280.000 quotas da Fecha, que representam 100,00% do capital votante e capital total da Sociedade pelo valor de R\$ 40.104, sendo: (i) R\$ 20.000 pagos na data da aquisição aos acionistas por meio de transferência eletrônica em bancos comerciais informados pelos vendedores; (ii) R\$ 17.000 a título de pagamento parcelado; (iii) R\$ 4.000 referente à parcela variável condicionada ao desempenho futuro do negócio adquirido. Na data de aquisição havia evidências de que estas condições de desempenho futuro teriam alta probabilidade de acontecerem, desta forma esta parcela foi considerada no preço pago, conforme CPC 15 (R1), item 53; e (iv) Ajuste de preço negativo de (R\$ 896) retidos a título de ajuste de preço. Para fins de contraprestação, nos termos do CPC 15 (R1), item 53, estão sendo considerados como preço pago pela transação os itens identificados acima como item (i), (ii), (iii) e (iv) totalizando uma contraprestação paga de R\$ 40.104. (c) **Frios Transportadora Ltda.:** Em 30/06/2021 a Controlada Oesa Comércio e Representações S.A. adquiriu a Empresa Frios Transportadora Ltda. ("Frios"), com sede na Cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo, atuante no mercado de transporte rodoviário desde 2017. Foram adquiridas 20.000 quotas das Frios, que representam 100,00% do capital votante e capital total da Sociedade pelo valor de R\$ 1.006, sendo: (i) R\$ 1.000 pagos na data da aquisição aos acionistas por meio de transferência eletrônica em bancos comerciais informados pelos vendedores; (ii) R\$ 6 pagos a título de ajuste de preço. Para fins de contraprestação, nos termos do CPC 15 (R1), item 53, estão sendo considerados como preço pago pela transação os itens identificados acima como item (i) e (ii) totalizando uma contraprestação paga de R\$ 1.006. (d) **Johann Alimentos Ltda.:** Em 31/08/2021 a Controlada Oesa Comércio e Representações S.A. adquiriu a Empresa Johann Alimentos Ltda. ("Johann"), com sede em Estância Velha no estado do Rio Grande do Sul, está no mercado há mais de 45 anos liderando o serviço de distribuição de alimentos na região sul do país. Foram adquiridas 3.500.000 quotas do Johann, que representam 100,00% do capital votante e capital total da Sociedade pelo preço de R\$ 142.289. As Partes reconhecem e concordam expressamente que o preço de aquisição foi estabelecido de mútuo acordo entre as partes de acordo com as seguintes premissas: (i) R\$ 52.900 pagos na data da aquisição aos acionistas por meio de transferência eletrônica em bancos comerciais informados pelos vendedores; (ii) R\$ 2.266 pagas a título de ajuste de preço; (iii) 69.000 a título de pagamento parcelado; e (iv) R\$ 18.123 a título de parcela retida, que será liberada mediante o cumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, pelo prazo de 5 anos, parcelas estas corrigidas pela variação do IPCA entre a Data do Fechamento até a data do seu efetivo pagamento. Para fins de contraprestação, nos termos do CPC 15 (R1), item 53, estão sendo considerados como preço pago pela transação os itens identificados acima como item (i), (ii), (iii) e (iv) totalizando uma contraprestação paga de R\$ 142.289. (e) **Nóia Alimentos Ltda.:** Em 31/08/2021 a Controlada Oesa Comércio e Representações S.A. adquiriu a Empresa Nóia Alimentos Ltda. ("Nóia"), presente no Rio Grande do Sul, na região do Vale dos Sinos, Vale do Paranhana, Vale do Cai, Região das Hortênsias, Porto Alegre e Grande Porto Alegre, a Nóia Alimentos é uma empresa focada em distribuição de alimentos. Foram adquiridas 250.000 quotas da Nóia, que representam 100% do capital votante e capital total da Empresa pelo preço de R\$ 28.791. As partes reconhecem e concordam expressamente que o preço de aquisição foi estabelecido de mútuo acordo entre as partes de acordo com as seguintes premissas: (i) R\$ 13.225 pagos na data da aquisição aos acionistas por meio de transferência eletrônica em bancos comerciais informados pelos vendedores; (ii) 15.000, pagas a título de pagamento parcelado; e (iii) R\$ 566 pagas a título de ajuste de preço. Para fins de contraprestação, nos termos do CPC 15 (R1), item 53, estão sendo considerados como preço pago pela transação os itens identificados acima como item (i), (ii), e (iii) totalizando uma contraprestação paga de R\$ 28.791. **Informações adicionais à aquisição:** Os valores das transações foram alocados nas datas das aquisições aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados aos direitos e obrigações, os quais serão amortizados pelo prazo remanescente de 5 a 78 anos conforme laudo de vida útil remanescente da avaliação dos bens.



	31/12/2021	31/12/2020
Ativo não circulante:		
Mútuo com partes relacionadas:		
MGLOG Transp. Rodoviários Ltda. (e)	-	11
Oesa Comércio e Representações S.A. (e)	-	45
Imperial Distribuidora (e)	-	162
		218
Passivo/Passivo circulante:		
Contas a pagar com partes relacionadas:		
MGLOG Transp. Rodoviários Ltda. (b)	3.250	311
MGFRIIO Armazém Gerais Ltda. (d)	-	852
Imperial Distribuidora (c)	52	58
Nova Safra Ltda. (c)	6	-
DFS Holding S/A. (a)	-	353
	3.308	1.574
Passivo não circulante:		
Contas a pagar com partes relacionadas: OESA S/A	7.043	-
Imperial Distribuidora	-	4.036
MGFRIIO Armazém Gerais Ltda.	-	18
	7.043	4.054
Resultado/Resultado operacional:		
OESA S/A (c)	1.089	(202)
MGFRIIO Armazém Gerais Ltda. (e)	5.087	8.309
MGLOG Transp. Rodoviários Ltda. (b)	11.066	6.932
DFS Holding S/A (a)	-	1.811
Cerealista Nova Safra (c)	(1.385)	-
DB Distribuidora de Alimentos (c)	(777)	(883)
Imperial Distribuidora (c)	(9.834)	(10.570)
Efeito no resultado	5.246	5.397
(a) Refere-se a serviços de administração financeira prestados pela DFS Holding S.A. (b) Refere-se a serviços de transportes de alimentos efetuados pela controlada MGLOG Transportes Rodoviários de Cargas Ltda. (c) Refere-se a compra e venda de mercadorias da controlada da Companhia. (d) Refere-se a serviços de armazenagem de alimentos efetuados pela controlada MGFRIIO Armazém Gerais Ltda. (e) Mútuo com partes relacionadas a receber. 12. Remuneração da administração: Em 31/12/2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva, totalizou R\$ 1.348 (R\$ 1.081 em 31/12/2020), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A abertura dos saldos está apresentada a seguir:		
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	615	660
Bônus	450	289
Encargos sociais	283	132
Saldo final	1.348	1.081
13. Fornecedores: O saldo é composto por fornecedores de produtos para revenda, serviços necessários à revenda de mercadorias e outros fornecedores (material de uso e consumo), conforme demonstrado a seguir:		
Fornecedores produtos de revenda		
Prestadores de serviços	13.382	13.055
Outros	1.126	1.723
Total	14.588	15.213
14. Obrigações trabalhistas:		
Salários e ordenados a pagar	344	308
Provisão de bônus e gratificações	698	700
Férias e encargos	1.000	868
INSS a recolher	234	215
IRRF a recolher	193	133
FGTS a recolher	66	56
Total	2.535	2.280
15. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade dos processos e o posicionamento dos tribunais, sempre que for provável o desembolso de caixa e o valor possa ser estimado com confiabilidade. A Administração da Companhia e de suas controladas entendem que a provisão constituída de R\$ 869 (R\$ 1.054 em 31/12/2020) é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.		
Natureza Processual		
Cível	16	15
Trabalhista	62	269
Tributário	791	770
Saldo final	869	1.054
A movimentação da provisão de riscos tributários, trabalhistas e cíveis para o exercício findo em 31/12/2021 e 2020 é como segue:		
Saldo inicial		
Baixa/Reversão de processos cível	(22)	(18)
Início de ação jurídica de origem cível	23	-
Início de ação jurídica de origem trabalhista	-	124
Baixa/Reversão de processos trabalhistas	(207)	-
Ação tributária depositada judicialmente	21	770
Saldo final	869	1.054
Os processos com probabilidade de perda classificados como possíveis pelos assessores jurídicos correspondem a R\$ 680 (R\$ 4.793 em 31/12/2020) segregados nas seguintes esferas jurídicas:		
Natureza Processual		
Cível	104	4.268
Tributário	2	2
Trabalhista	574	523
Total	680	4.793
Os processos apontados como perda possível de natureza cível se referem a processos por danos morais. Já os processos de natureza trabalhistas se referem a verbas indenizatórias. Os processos tributários são em sua totalidade de origem Estadual aplicada a revisões de ICMS realizadas pelas autoridades fiscais, os quais possuem orientação jurídica de êxito, contudo por ser um tema controverso, são classificados como possibilidade de êxito possível. A Companhia tem como garantias de alguns processos, depósitos judiciais registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica no montante de R\$ 817 (R\$ 828 em 31/12/2020).		
Natureza processual		
Cível	2	-
Tributários	791	802
Trabalhista	24	26
Total	817	828
A investida Oesa Comércio e Representações S.A. é parte investigada, juntamente com outros distribuidores, produtores e entrepostos frigoríficos de Santa Catarina, despachantes aduaneiros e fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de Santa Catarina, no Inquérito Policial distribuído perante a Justiça Federal de Itajaí sob o nº 5012044-62.2016.4.04.7208 em 15/08/2016 pela Delegacia de Polícia Federal em Itajaí/SC - Superintendência Regional em Santa Catarina, conhecido como Operação Fugu. O Inquérito versa sobre supostos crimes contra o consumidor, contra a saúde pública e corrupção relacionados aos processos de importação de pescados congelados de países como China e Vietnã. O Inquérito resultou na apreensão de amostras de pescados congelados na controlada e em outras investigadas visando estudos periciais. Foi apresentado pelo Delegado o relatório final da investigação, não tendo sido confirmada a presença de indícios de prática de crimes de corrupção ou outros crimes contra a administração pública por parte dos representantes e/ou funcionários da OESA. O Delegado entendeu, em relação a OESA, que se faz necessário prosseguir apenas com relação ao		
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos Acionistas e Diretores da Congebra Alimentos S.A. - Ribeirão das Neves (MG) - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Congebra Alimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a controlada Oesa, juntamente com outras empresas distribuidoras da região de Santa Catarina, estão sendo investigadas pelas autoridades em virtude de denúncia relacionada a supostos crimes contra o consumidor, contra a saúde pública e corrupção relacionados aos processos de importação de pescados congelados de países como China e Vietnã. Em 31/12/2021 os fatos ainda estavam sendo apurados pelas autoridades e, nesse momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia e/ou sua controlada decorrente deste processo de investigação externo, nem seus eventuais efeitos em suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as		

	2021	2020
Acionistas		
DFC Holding S.A.	16.008.639	100
Total	16.008.639	100
Reservas de capital: A reserva de capital constituída pela Companhia é destinada a investimentos futuros, os quais estão sob avaliação do Conselho de Administração da Companhia e seus diretores. Conforme ato societário de 11/12/2015 a Companhia aprovou a constituição de reserva de capital no montante de R\$ 145.000. O valor aprovado, está totalmente constituído. Reservas de incentivos fiscais: A reserva de incentivos fiscais é constituída por subvenção estadual para investimento de acordo com o disposto no artigo 195 da Lei nº 6.404/1976, bem com sua destinação. A reserva de incentivos fiscais tem por fim assegurar o uso da subvenção governamental na atividade da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. Em 31/12/2021, o montante constituído de reserva de incentivos fiscais é de R\$ 553 (R\$ 553 em 31/12/2020). Reservas de legal: Fimdo exercício de 31/12/2021, a Companhia apurou lucro de R\$ 29.793 (R\$ 5.309 de prejuízo em 31/12/2020), não houve constituição de reserva legal para esse exercício social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. Em 31/12/2021, o montante constituído de reserva legal é de R\$ 2.429 (R\$ 2.429 em 31/12/2020). Dividendos: Aos acionistas é assegurada a distribuição de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da legislação societária. Em 31/12/2021, foi constituído dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 298 (R\$ 0 em 31/12/2020) face ao prejuízo gerado no exercício anterior. Ajuste de avaliação patrimonial: A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e contratou uma consultoria especializada para elaboração da avaliação do Ativo Imobilizado. Em 19/01/2012, data da adoção inicial do IFRS pela Companhia, o ativo imobilizado foi acrescido em R\$ 12.686 pela aplicação do custo atribuído em contrapartida de ajustes de avaliação patrimonial no grupo do patrimônio líquido. Em 30/06/2015, devido a cisão parcial dos ativos da Companhia, parte substancial do custo atribuído foi revertida em contrapartida ao ajuste de avaliação patrimonial. Em 31/12/2021 o saldo foi totalmente realizado (R\$ 25 em 31/12/2020).		
17. Receita líquida:		
Receita de vendas e serviços	219.746	202.652
(-) Dedução da receita bruta: Impostos	(27.167)	(24.764)
Descontos	-	(332)
Devolução de vendas e serviços	(6.312)	(5.627)
Provisão de perdas esperadas	(968)	(2.406)
Receita líquida	185.299	169.523
18. Custos e despesas por natureza:		
Custo das mercadorias vendidas	(144.087)	(137.314)
Serviços de terceiros	(4.760)	(4.424)
Manutenção	(1.086)	(665)
Salários e encargos sociais	(10.864)	(9.855)
Comissões	(4.533)	(2.965)
Fretes e agregados	(16.536)	(11.563)
Serviços de armazenagem	(7.770)	(8.378)
Aluguel e condomínio	(688)	(193)
Energia elétrica	(453)	(24)
Depreciação e amortização	(2.681)	(1.831)
Combustível	(86)	(295)
Outras despesas	(1.051)	(1.082)
Total	(194.595)	(178.589)
Classificados nas seguintes rubricas na demonstração do resultado:		
Classificados nas seguintes rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Custo das mercadorias vendidas	(144.087)	(137.314)
Despesas com vendas	(14.282)	(12.404)
Despesas gerais e administrativas	(36.226)	(28.871)
Total	(194.595)	(178.589)
19. Resultado financeiro:		
Receitas financeiras:	1.427	1.006
Rendimentos de aplicações financeiras	7	46
Juros ativos	1.420	827
Varição cambial ativa	-	49
Outras receitas financeiras	-	84
Despesas financeiras:	(961)	(1.388)
Outras despesas financeiras	(961)	(287)
Varição cambial passiva	-	(1.101)
Resultado financeiro	466	(382)
20. IR e CS - correntes e diferidos: a) Correntes: O IR é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a CS é calculada à alíquota de 9%.		
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	27.052	(8.068)
Expectativa de (despesas) de IRPJ e CSLL	34%	34%
Diferenças permanentes:	(9.198)	2.743
Incentivos fiscais	-	7
Equivalência patrimonial	12.063	471
Outras	(124)	(462)
IRPJ e CSLL creditados (debitados) ao resultado do exercício	2.741	2.759
Correntes	2.741	2.848
Diferidos	2.741	2.759
b) Diferidos:		
Ativo: Provisão para crédito de liquidação duvidosa	387	577
Provisão de comissões	613	388
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	79	284
Base negativa de IRPJ e CSLL	13.670	8.554
Mais-valia aquisição de participações societárias	7.654	6.631
Provisão de contas a pagar	2.571	1.723
Efeitos IFRS 16	1.272	612
Outras provisões	696	111
Total	26.942	18.880
Alíquota aplicável estimada	34%	34%
IR e CS diferidos	9.160	6.419
Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da CS estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram a perspectiva de lucratividade futura, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a dez anos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente base negativa de IRPJ/CSLL, contingências fiscais, provisões para bônus e comissões e provisão		

	2021	2020
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa	2.413	1.765
Contas a receber	12.138	12.389
Contas com partes relacionadas	546	648
Total	15.097	14.802
A política de gestão de risco corporativo determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como as propostas de mitigação de risco para o cumprimento dos compromissos e das obrigações assumidas. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. Risco de liquidez: A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa dos passivos financeiros mantidos pela Companhia em 31/12/2021:		
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa	2.413	1.765
Contas a receber	12.138	12.389
Contas com partes relacionadas	546	648
Total	15.097	14.802
Fornecedores	14.588	-
Arrendamentos mercantil	2.538	5.430
Partes relacionadas	3.308	7.043
Total	20.434	12.473
Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. Risco de taxa de juros: a) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio: Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31/12/2021. Risco de câmbio: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da		

	2021	2020
Ativos/Circulantes		
Contas a receber	12	12
Impostos a recuperar	10	10
Outros créditos	58	58
Total dos ativos circulantes	80	80
Não circulantes		
Empréstimos para partes relacionadas	4.355	-
Outros créditos	1	-
Imobilizado	1.580	-
Intangível	99	-
Ativo de direito de uso	8.505	-
Total dos ativos não circulantes	14.540	-
Total dos ativos	14.620	80
Passivos/Circulantes		
Fornecedores	229	229
Arrendamento Mercantil	486	486
Obrigações trabalhistas	9	9
Impostos a recolher	433	433
Outras contas a pagar	12	12
Total dos passivos circulantes	1.169	1.169
Não circulantes		
Arrendamento Mercantil	9.101	9.101
Total dos passivos não circulantes	9.101	9.101
Patrimônio líquido		
Capital social integralizado	70	70
Reservas de lucros	4.302	4.302
Total do patrimônio líquido	4.372	4.372
Total dos passivos e patrimônio líquido	14.642	14.642
Findo exercício em 31/12/2021, a Companhia registrou em seu balanço os efeitos não caixa de remensuração referente ao reconhecimento do CPC 06 (R2), os quais estão dispostos a seguir:		
Ativo/Não circulante		
Direitos de uso	1.319	23
Total ativo não circulante	1.319	23
Total do ativo	1.319	23
Passivo/Circulante		
Arrendamento mercantil	101	7
Total passivo circulante	101	7
Não circulante		
Arrendamento mercantil	1.218	16
Total passivo circulante	1.218	16
Total do passivo	1.319	23
25. Eventos subsequentes: Aquisição da Frohlich S/A Indústria e Comércio de Cereais: Foi celebrado em 12/01/2022, Termo de Fechamento ao Contrato de Compra e Venda e Outras Avencas, datado em 28/10/2021, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia possui operações de industrialização (atividades de fracionamento e acondicionamento de produtos), comercialização de produtos alimentícios em geral e alimentos para animais e distribuição de saneantes-domiciliários, cosméticos, produtos de higiene e perfumes. O preço de aquisição no montante de até R\$ 147.500 com pagamento inicial de R\$ 70.000, sendo que o restante será liquidado nos próximos 5 anos, considerando ainda uma parcela variável de até R\$ 15.000 do preço de aquisição tendo algumas metas atingidas e líquido de eventuais montantes objeto de retenção e/ou compensação.		
Balanco Patrimonial		
Frohlich S.A. Indústria e Comércio de Cereais		
Balanco Patrimonial em 31/12/2021 (Em milhares de reais - R\$)		
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	16.060	Arrendamento 2.106
Contas a receber	27.934	Fornecedores 25.502
Estoque de mercadorias	32.839	Obrigações trabalhistas 4.738
Impostos a recuperar	11.362	Impostos a recolher 1.772
Adiantamentos	-	Outras contas a pagar 263
a fornecedores	1.292	Total do passivo circulante 34.381
Outros créditos	450	
Total do ativo circulante	89.937	
Não circulante		
Depósitos judiciais	660	Arrendamento LP 629
Outros créditos	301	Total do passivo não circulante 629
Imobilizado	4.587	Patrimônio líquido
Intangível	50	Capital social integralizado 25.002
Ativo de direito de uso	7.665	Ajuste de avaliação patrimonial 1.057
Total do ativo não circulante	13.263	
Total do ativo	103.200	Total do passivo e patrimônio líquido 103.200
Outro ponto significativo a ser informado sobre eventos subsequentes é que a administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos da COVID-19 em seu negócio no decorrer de 2021, tendo sido elaborados planos de contingências para manter a continuidade operacional de sua operação conforme mencionado na nota explicativa 1. A administração da Companhia não considera que exista risco de recebimento de seus recebíveis. Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas, pela continuidade da pandemia em 2022, que poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Companhia.		
26. Aprovação para emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021: As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 15/08/2022.		
Maurício Câmara - Diretor Presidente		
Patrícia Diniz de Paiva - Diretora Financeira		
Contador: Wagner da Silva Serafim - CRCPR - 060752/O-2 T SC		

Este documento foi assinado digitalmente por Ruy Adriano Borges Muniz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9636-9997-E345-7E75.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9636-9997-E345-7E75> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9636-9997-E345-7E75



Hash do Documento

aLSp/XQhYIhQ11DkQxN5Z8m3R+s30HpqrTrHowB9SV0=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/09/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 14/09/2022 07:45 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

